

E-PROTOCOLO DIGITAL n.º 20.336.537-3

DATA: 13/04/23

PARECER CEE/CES n.º 83/23

APROVADO EM 12/09/23

CÂMARA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

INTERESSADA: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ  
(UNIOESTE)

MUNICÍPIO: CASCAVEL

ASSUNTO: Pedido de renovação de reconhecimento do curso de Graduação em História – Licenciatura, da Unioeste, ofertado no *campus* de Marechal Cândido Rondon.

RELATORA: MARIA DAS GRAÇAS FIGUEIREDO SAAD

*EMENTA: Renovação de reconhecimento concedida pelo prazo de 03 (três) anos, de 04/09/23 a 03/09/26. Atendimento à Deliberação CEE/PR n.º 06/20. Parecer favorável com determinações conforme constante no voto.*

## **I – RELATÓRIO**

A Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Seti), por meio do Ofício CES/GAB/Seti n.º 264/23 (fl. 360) e Informação Técnica n.º 26/23-CES/Seti (fls. 358 e 359), ambos de 14/04/23, encaminhou o expediente protocolizado na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), município de Cascavel.

A Instituição, mantida pelo Estado do Paraná, solicitou a renovação de reconhecimento do curso de Graduação em História – Licenciatura, ofertado no *campus* de Marechal Cândido Rondon, mediante Ofício n.º 122/23-GRE/Unioeste, de 13/04/23. (fl. 02)

A Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), sediada em Cascavel, foi autorizada pela Lei Estadual n.º 8.680, de 30/12/87, funciona com estrutura multicampi. O reconhecimento ocorreu por meio da Portaria Ministerial n.º 1.784-A, de 23/12/94, embasada no Parecer CEE/CP n.º 137/94, de 05/08/94, do Conselho Estadual de Educação do Paraná. A instituição foi recredenciada mediante Decreto Estadual n.º 4226, publicado no Diário Oficial do Estado em 12/03/20, com fundamento no Parecer CEE/CES/PR n.º 42/20, de 20/02/20, pelo prazo de 10 (dez) anos, de 24/03/20 a 23/03/30.

## E-PROTOCOLO DIGITAL n.º 20.336.537-3

Os atos regulatórios do curso ocorreram por meio dos seguintes documentos:

- a) Portaria MEC:  
- reconhecimento: n.º 73/18, de 18/02/83.
- b) Decreto Estadual:  
- renovação de reconhecimento: n.º 2.854, publicado no DOE de 10/12/19, com fundamento no Parecer CEE/CES/PR n.º 107/19, de 15/08/19, pelo prazo de 04 (quatro) anos, de 04/09/19 a 03/09/23.

## II – MÉRITO

Trata-se do pedido de renovação de reconhecimento do curso de Graduação em História – Licenciatura, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), município de Cascavel, ofertado no *campus* de Marechal Cândido Rondon.

Nas avaliações realizadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o curso obteve a nota 03 no Enade/2017, e o Conceito Preliminar de Curso (CPC/2017) – 04, conforme extrato à folha 93, o qual será considerado por esta CES, para fins de renovação de reconhecimento, ficando o curso dispensado de avaliação externa *in loco*.

A instituição protocolizou o pedido de renovação do reconhecimento do curso em 12/04/23, com atraso, em desacordo com o artigo 54 da Deliberação CEE/PR n.º 06/20 o qual estipula: “Os *pedidos de renovação de reconhecimento de curso devem ser protocolados, impreterivelmente, até 180 (cento e oitenta) dias antes do vencimento do prazo de vigência do ato anterior.*”

A matéria está regulamentada no Capítulo IV, artigos 47 e 52 e parágrafo único do artigo 55, da Deliberação CEE/PR n.º 06/20.

Art. 47. O reconhecimento e a renovação de reconhecimento de cursos de nível superior são concedidos pelo prazo máximo de 05 (cinco) anos, à exceção de cursos com período mínimo de integralização superior a esse tempo.

(...)

Art. 52. O ato de reconhecimento de curso constitui-se em requisito indispensável à expedição e registro de diploma.

(...)

Art. 55. A Seti deve constituir Comissão de Avaliação Externa para avaliação dos cursos, com vistas à renovação de reconhecimento.

Parágrafo único. Ficam dispensados da avaliação externa os cursos cujo Conceito Preliminar de Curso (CPC) seja igual ou superior a 3.

E-PROTOCOLO DIGITAL n.º 20.336.537-3

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) apresenta carga horária de 3.252 (três mil, duzentas e cinquenta e duas) horas, 80 (oitenta) vagas anuais sendo 40 (quarenta) vagas em cada turno, regime de matrícula seriado anual, turnos de funcionamento matutino e noturno, período mínimo de integralização 04 (quatro) anos e máximo de 08 (oito) anos. (fl. 02)

A instituição apresentou a Matriz Curricular do curso, às folhas 30 a 32, descreveu os Objetivos do Curso, fls. 23 e 24, bem como o Perfil Profissional do Egresso, fl. 24. Apresentou, ainda, a autoavaliação institucional, às fls. 101 a 357.

O curso tem como coordenador o professor Antonio de Pádua Bosi, graduado em História (1993), pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), mestre em História (1997), pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), doutor em História (2002), pela Universidade Federal Fluminense. Possui Regime de Trabalho em Tempo Integral e Dedicção Exclusiva (TIDE). (fl. 09)

O quadro de docentes é constituído por 28 (vinte e oito) professores, sendo 27 (vinte e sete) doutores e 01 (um) mestre. Destes, 23 (vinte e três) possui Regime de Trabalho em Tempo Integral e Dedicção Exclusiva (Tide) e 05 (cinco) Regime de Trabalho em Tempo Integral (RT-40). Do total de docentes, 05 (cinco) possuem Contrato em Regime Especial (CRES). (fls. 10 a 12)

A instituição apresentou a Relação Ingressantes/Concluintes, à folha 09:

Ingresso			Concluintes (Quantitativo de alunos efetivamente formados)				
Ano de Ingresso	Número de alunos remanescentes	Número de alunos ingressantes	2017	2018	2019	2020	2021
≤2014	3	24	8	4	2	1	
2015	1	16			1		
2016		25			3	4	2
2017		31				4	7
2018	2	21					9
<b>TOTAL</b>			<b>8</b>	<b>4</b>	<b>6</b>	<b>9</b>	<b>18</b>
<b>MÉDIA RELAÇÃO INGRESSANTES/CONCLUINTES</b>			<b>36,88%</b>				

Considerando os concluintes dos últimos 05 (cinco) anos (≤ 2014 a 2018), conforme a tabela acima, em relação aos ingressantes de 2017 a 2021, observa-se a porcentagem de 36% de concluintes.

## E-PROTOCOLO DIGITAL n.º 20.336.537-3

A Unioeste apresentou, às fls. 94 a 100, avaliação a respeito das possíveis causas pesquisadas que, de certa forma, justificam a evasão, bem como as medidas institucionais adotadas para a manutenção da permanência dos estudantes e redução da evasão, nos seguintes termos:

(...)

### ANEXO III - AVALIAÇÃO SOBRE A RELAÇÃO INGRESSANTES/CONCLUINTES

O Conselho Estadual de Educação do Paraná, por meio do Ofício n.º 77/2021-CEE/PR, de 22 de abril de 2021, informou que, "a partir de 04/05/2021, os pedidos de reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos que apresentarem relação ingressantes/concluintes inferior a 60% deverão apresentar as causas para o baixo índice de concluintes, bem como as medidas estratégicas adotadas para aumentar os índices de egressos do curso." Tal medida, contida na Deliberação CEE/PR n.º 08/2020, "envolve elaborar estratégias e políticas para diminuir os indicadores de evasão nas IES".

(...)

Apresentamos a seguir uma avaliação a respeito das taxas de evasão nas duas turmas que compõem o curso e as ações que vêm sendo adotadas para reverter tal realidade retratada, em parte, nas tabelas 1 e 2, mostradas anteriormente em formulário com dados do curso de graduação em História. O percentual de integralização para a turma matutina do curso é 36,88% e 22,56% para a turma noturna, ambos referentes ao ingresso no período de 2014 a 2018. Portanto, estamos abaixo dos 60% indicados na resolução do CEE/PR. Pode-se atribuir conceitualmente esses índices a três conjuntos de fatores. O primeiro é de natureza estrutural e remete a situações sob as quais não temos controle como (i) o empobrecimento da população que abastece os cursos de licenciatura, (ii) o desprestígio e a desvalorização das carreiras docentes, (iii) incertezas quanto ao mercado de trabalho devido a exiguidade de concursos públicos e (iv) a expansão em escala geométrica de cursos EaD que oferecem formação rápida e barata.

O segundo grupo de fatores, responde por atrasos no tempo de integralização considerado regular (quatro anos), o que se deve a muitas razões identificadas e comentadas ao longo desse texto. O terceiro, deve-se à evasão, cujos motivos são diversos e difíceis de caracterizar, para os quais apresentaremos um quadro sistematizado do período de 2019 a 2022 (e vestibular com ingresso em março de 2023). Esses dois últimos conjuntos de fatores são orgânicos e específicos ao curso, tendo surgido e sido explorados e sistematizados por meio de ferramentas de pesquisa científica manejadas pelos docentes, durante diferentes momentos no período de 2014 a 2022, com destaque para a última intervenção citada acima.

O Colegiado do Curso de História tem realizado várias enquetes com seus alunos perguntando-lhes sobre os elementos que dificultam sua presença sistemática na universidade. O universo investigado (trata-se de amostragens e de estimativas, uma vez que as respostas às enquetes nunca completam 100% do público do curso, nem conseguem isonomia entre as turmas) é formado de ingressantes (turma do 1º ano), de alunos que cursam poucas disciplinas por semestre, alunos que trancaram o curso e/ou que abandonaram e, posteriormente, retomaram a frequência nas aulas. De maneira dispersa, conseguimos também alcançar ex-alunos que abandonaram ou cancelaram o curso.

Ao mesmo tempo, realizamos assembleias de curso reunindo docentes e alunos para refletir sobre problemas existentes, com especial atenção para os temas da evasão e do decréscimo no ingresso. Estes momentos mensuram visões mais complexas e proposições diferenciadas para reverter tal situação. Porém, em linhas gerais, os pontos mais salientados nas

## E-PROTOCOLO DIGITAL n.º 20.336.537-3

assembleias são a necessidade de implementação de uma política de permanência estudantil e a elaboração de um currículo de História mais atrativo e leve para pessoas que, em sua maioria, são muito jovens e recém-egressos do Ensino Médio.

(...)

Em sua maioria, o perfil do alunado de História, no período de ingresso de 2014 a 2018 (acrescido do período de 2019 a 2022) é composto majoritariamente por jovens com idade de 17 a 26 anos. Mais de 90% dos alunos são oriundos da rede pública e em torno de 70% são vinculados a famílias com renda média de 1 a 3 salários-mínimos. Em geral, muitos deles (i) recebem alguma ajuda financeira dos pais ou de parentes próximos, (ii) precisam trabalhar (em tempo parcial ou integral no contraturno do curso) e (iii) apresentam muitas dificuldades (inclusive pedagógicas) para conciliar trabalho e estudo (o que se manifesta numa escala que vai de um fraco ou irregular desempenho até o abandono).

Eles costumam definir as suas condições de permanência na universidade como precárias, condições estas que tendem a piorar quando o aluno necessita deslocar-se de outro município para a cidade de Marechal Cândido Rondon. Um exemplo: em enquete específica de 2021, 64 alunos investigados responderam morar na cidade de Marechal Cândido Rondon (sede do *campus* da Unioeste), e 68 alunos disseram que se deslocam de cidades vizinhas, desembolsando valores para transporte particular. Este é um dos fatores que mais pesam na decisão de o aluno abandonar ou trocar o curso de História por curso de História EaD ou outro igualmente à distância. No caso de alunos do 1º ano percebe-se também uma indecisão profissional muitas vezes motivada por um ingresso precoce no ensino superior.

Algumas condições que determinam permanecer morando com a família em outra cidade tem sido registradas no curso. Alunos de cidades vizinhas como Santa Helena, por exemplo, distantes 50 ou mais quilômetros da Unioeste, *campus* de Marechal Cândido Rondon, pagam mensalmente R\$ 560,00 pelo transporte. Este ponto merece destaque uma vez que há muitos relatos de alunos que desistem do Curso de História da Unioeste (e de outras licenciaturas) e o substituem por Curso EaD, cujas mensalidades custam em torno de 1/5 do valor do transporte entre Santa Helena e Marechal. Em alguma medida, situações deste tipo estão se tornando estruturais. O Instituto Semesp, entidade que agrega mantenedoras de IES privadas, informou que as matrículas em cursos EaD no Paraná saltaram de 76.473 em 2014 para 194.107 em 2019, avançando exponencialmente sobre um público recém-egresso do ensino médio que, geralmente, busca cursos presenciais numa relação estimada de 40% em instituições federais e estaduais e 60% em instituições privadas. Ao mesmo tempo, no país, a evolução de inscrições nos cursos de graduação presenciais pelo SISU caiu negativamente 60% de 2014 para 2021 (de 7,7 milhões para 3,1 milhões, respectivamente). Mesmo antes da pandemia, em 2019, a região Sul do país aparecia com o maior percentual de matrículas em EaD do país e em trajetória crescente até o presente momento.

De nosso lado, o confronto com essa realidade conta com uma improvisada política de retenção e permanência dos alunos na instituição, mas que tem tido alguma eficiência. Do contrário, a situação seria ainda pior desta exibida nos percentuais de evasão e atraso na integralização do curso. Vejamos.

Cerca de 20% do alunado, somadas as turmas da manhã e noite, teve ou tem bolsa de Iniciação Científica, PIBID (até 2022), Residência Pedagógica, projetos de extensão e remuneração por estágios em entidades públicas e privadas. No caso das bolsas do programa PIBIC, a presença de docentes do curso se faz antiga e é uma das mais relevantes no aspecto numérico, tendo já alcançado 40% do total de bolsas distribuídas para a grande área de Humanidades na instituição. O PIBID funcionou durante doze anos ininterruptos, ajudando a assegurar a finalização do curso para algumas

## E-PROTOCOLO DIGITAL n.º 20.336.537-3

dezenas de alunos. O Residência Pedagógica, programa mais jovem do que o PIBID, segue o mesmo caminho. Os estágios remunerados e bolsas na área da extensão universitária são em menor número, embora registrem boa eficiência à medida que os bolsistas têm integralizado o curso. Vale informar ainda um número de estudantes que, nos últimos três anos, tem participado na condição de bolsistas e estagiários em Termos de Convênio celebrados entre a UNIOESTE, Campus de Marechal Cândido Rondon, e entes públicos tais como as Prefeituras Municipais de Toledo e Cascavel, em procedimentos de higienização, digitalização e catalogação de documentos históricos.

(...)

Em média, considerando o período de 2014 a 2022, 70% dos alunos tinham ou têm empregos. A tendência mais visível é a de alunos que desistem de bolsas para assumir vaga no mercado formal, principalmente em frigoríficos e supermercados da cidade ou retornar para a casa dos pais noutros municípios para trabalhar. Este viés cresceu desde então, de 2021 até agora. Também é comum alunos que aumentam a jornada de trabalho e, com isso, trancam ou abandonam o curso. Um conjunto menor de alunos que abandona ou cancela o curso o faz porque muda de cidade/região ou descobre não haver identidade com História.

Encontramos dentre os motivos que levam alunos a desistirem do curso questões ligadas à epistemologia que organiza a grade curricular e que se reflete na percepção individual sobre ser o curso factível ou não, "legal" ou "detestável", uma opção conveniente ou uma escolha considerada errada. A evasão que acontece no primeiro ano do curso resulta de dilemas iguais a esses e tem subtraído em torno de 15% do ingresso depois de um ano ou menos. Parte desse movimento para fora do curso deve ser considerado normal porque decorre de uma conferência feita pelo aluno sobre sua expectativa face ao curso e à frustração da própria concepção de História que não encontra respaldo nas disciplinas cursadas.

Por outro lado, fizemos duas grandes modificações no Projeto Político Pedagógico do curso ao longo dos últimos anos visando tornar o curso mais dinâmico, atrativo e atualizado com demandas históricas surgidas no tempo presente. Primeiramente, reestruturamos todas as disciplinas tornando-as semestrais, embora o regime da instituição continue anual. Fomos o primeiro curso na UNIOESTE a construir essa solução para injetar maior dinamicidade nas disciplinas, criar mobilidade para os alunos relativamente as disciplinas dentro do curso, e permitir aos docentes organizarem os conteúdos e recursos didáticos em plano temporal breve e ágil. O acerto dessa ação foi verificado nos anos seguintes, embora não tenha revertido a situação como pretendíamos.

A segunda modificação foi mais complexa e profunda e se deu por meio da (i) criação de disciplinas centradas em capacitar os alunos em novas tecnologias do aprendizado em História, (ii) da atualização de temas históricos e adoção de novos (ou recentes) objetos de conhecimento e pesquisa, (iii) da separação temporal entre o estágio curricular obrigatório e o TCC na grade e (iv) no reforço à missão de formar licenciados. O resultado dessas mudanças pode ser conferido no Anexo I desse Processo, item onde se encontra o novo PPP, iniciado em março de 2023.

Esta iniciativa é fundamental no que se refere a sanar gargalos os quais têm se queixado há anos muitos de nossos alunos. O principal deles é a coincidência (agora solucionada) entre a realização do estágio supervisionado obrigatório e a confecção do Trabalho de Conclusão de Curso. A integralização do curso em quatro anos requer completar o estágio (composto de aulas regulares, observação de aulas em escolas e docência efetiva também em escolas) e o TCC na última metade do curso, especificamente no último ano. Assim, o TCC, renomeado para Produto de Pesquisa Histórica (PPH) é concluído no 3º ano do curso, enquanto o estágio é realizado e concluído no 4º ano do curso. Merece destacar que o novo PPP

## E-PROTOCOLO DIGITAL n.º 20.336.537-3

redefiniu o TCC para a produção de um produto visando uso didático-pedagógico (produto audiovisual, jogo analógico ou digital, ou artigo). Os conhecimentos necessários à confecção de tais produtos são trabalhados em disciplinas desde o primeiro semestre do curso e correspondem a técnicas e tecnologias desenvolvidas e testadas em projetos realizados com êxito por docentes do curso e grupos de alunos nos últimos dez anos, muitas delas exibidas e disponibilizadas na rede mundial e com registros de numerosos acessos e cursos realizados com professores do ensino fundamental e médio da região. Destacamos que os produtos desses projetos têm encontrado rápida e numerosa acolhida por meio de diversas redes sociais.

O estágio supervisionado e o substituto do TCC, o Produto de Pesquisa Histórica (PPH), são agora, no PPP iniciado em 2023, mais integrados entre si e aos demais conteúdos das disciplinas específicas que informam o curso tais como as áreas de Brasil, Antiga, Medieval e Moderna, por exemplo. A preparação dos alunos para a docência em História tende a assumir caráter predominantemente prático nas disciplinas de modo a levantar, desde o 1º ano, problemas acerca de como aprender, pesquisar e ensinar história interagindo com o universo cultural dos alunos de ensino fundamental e ensino médio. Há de se esperar, portanto, o desenvolvimento desta proposta. Soluções testadas com maior urgência para reduzir e eliminar o abandono do curso têm sido tornadas políticas do CCH desde, pelo menos, o início da pandemia.

Tentamos, por exemplo, vários contatos com alunos que pararam de frequentar o curso. Esse esforço coletivo configurou em um acompanhamento sistemático "da corte", ao examinar se os alunos ausentes abandonaram o curso de forma temporária ou definitiva. Mas ainda é um esforço e não uma política institucional. Geralmente, como assinalamos anteriormente, a principal razão do abandono é financeira. Mesmo no 1º ano, quando há casos de alunos que não se veem identificados com o curso, o percentual maior de abandono se relaciona com dificuldades financeiras. Grande parcela de alunos que desiste do curso o substitui por outro na mesma instituição (quando sediada na cidade onde mora), por outro em outra instituição (igualmente sediada na cidade onde mora), ou por EaD. E há aqueles que evadem do sistema.

Considerando essa situação, cumpre alertar o Conselho Estadual de Educação do Paraná que o único recurso que temos para remediar o reflexo do empobrecimento da população brasileira no curso é o conjunto de programas de bolsas para pesquisa, extensão e ensino que dispusemos e utilizamos e, em menor grau, poucas e disputadas bolsas de permanência estudantil (uma política da instituição mantida com recursos próprios).

Ocorre que o número dessas bolsas e de seus valores remuneratórios (alguns recentemente reajustados) tem se mostrado insuficientes para garantir a manutenção desse tipo de aluno em situação bastante próxima de vulnerabilidade. A principal conclusão encontrada sobre isso é a de que o perfil econômico apresentado pela maioria dos alunos de História é permanentemente pressionado pela necessidade de trabalho pago, formal ou informal, precário ou não, parcial ou não, temporário ou não, enfim, de diversificada modalidade.

Importante sublinhar que tal pressão se faz contra o próprio aluno, ou um dos pais ou parente, ou cônjuge que o sustenta na universidade. As respostas que recebemos por telefone, durante o contato feito com os alunos, é tão real quanto simbólica à medida que retratam trajetórias curtas de vidas que, muito cedo, se desfiguram para o futuro oferecido no ensino superior na União em um curso de licenciatura incumbido de ensinar a cuidar de nosso passado. Sem investimento estatal, a solidão nesse enfrentamento deixará cursos como o nosso à deriva.

O monitoramento feito sobre a perda de alunos do curso de História tem conseguido recuperar alguns (mesmo que em menor número) ao buscar soluções imediatas para a manutenção na instituição como, por exemplo,

## E-PROTOCOLO DIGITAL n.º 20.336.537-3

reorientar a sua grade de horários de modo a diminuir as disciplinas cursadas, combinado com alguma bolsa e notebook por empréstimo.

Ainda que seja cedo para contabilizar o apoio psicológico a este quadro geral, o trabalho dos dois profissionais no *campus* de Marechal Cândido Rondon assinalou, no período de julho a dezembro de 2022, a presença de atendimentos realizados a 20 alunos do curso de História (sendo 4 do turno matutino e 16 do turno noturno). Sublinhamos este item como parte dos recursos investidos pela instituição no apoio a comunidade universitária, embora precise de mais tempo para ser analisado em seus resultados. De qualquer modo, a escuta profissional de vinte alunos do curso de História se projeta, no universo estudantil do campus, como o grupo de alunos que percentualmente mais demandou este serviço, com aproximadamente 15% do total (o curso com o maior percentual de alunos referente ao universo tratado pelos psicólogos, o curso de Direito, que atingiu 18,1%, conta com número de alunos superior ao de História).

É nesse contexto, determinado pela saúde mental dos alunos, que também nós, docentes, temos preparado para intervir de modo a assegurar equilíbrio na relação entre o ingresso e a conclusão do curso sem sobrecarregar trajetórias de vida que eventualmente se mostrem ou tragam marcas e transtornos que requeiram um trabalho pedagógico e intelectual constantemente renovado e reinventado.

Por fim, uma vez caracterizada a situação do curso de História e de suas duas turmas constituídas nesse período em avaliação, entregamos este diagnóstico acompanhado de ações voltadas para assegurar as melhores condições possíveis para que se forme o contingente mais numeroso de pessoas com vocação para a docência em História.

Ao mesmo tempo, esperamos que este diagnóstico ofereça uma leitura da realidade ao Conselho Estadual de Educação do Paraná capaz de mostrar fatores determinantes na atual dinâmica do ensino superior que configuram dificuldades contra as quais precisamos da presença solidária do Estado e deste Conselho para enfrentá-las.

A instituição prestou esclarecimentos com base no levantamento das principais causas da evasão, as quais demonstram que na relação ingressantes/concluintes não há equilíbrio em razão dos diversos fatores/dados apresentados na justificativa da instituição. A taxa de concluintes é inferior a 60% mesmo tendo a instituição desenvolvido diversas ações para minimizar a evasão.

Destaque-se que, por ocasião da próxima solicitação de renovação de reconhecimento, caso persista o percentual inferior a 60% na relação ingressantes/concluintes, a instituição deverá encaminhar um relatório com as ações desenvolvidas, bem como avaliação dos resultados obtidos com as medidas adotadas.

A Unioeste informou, à fl. 28, que procedeu a adequação do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) em atendimento à Resolução CNE/CES n.º 07/18, de 18/12/18, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei n.º 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014 – 2024 e dá outras providências, bem como à Deliberação CEE/PR n.º 08/21, que dispõe sobre normas complementares ao assunto. Transcrevemos a seguir algumas informações apresentadas pela Unioeste:



## E-PROTOCOLO DIGITAL n.º 20.336.537-3

A curricularização da extensão, exigida conforme a Resolução N.º 85/2021-CEPE/Unioeste, de 20 de maio de 2021, está prevista no formato de cinco disciplinas de 68 horas cada. Tais disciplinas (História do Paraná, História, Gênero e Sexualidade, Mídias e História Pública, História do Tempo Presente, História dos Povos Originários) articulam conhecimentos e didáticas existentes no PPP, inclusive noutras disciplinas, que serão desenvolvidos de modo prático, como atividade de extensão, visando contribuir para formação do aluno de História na área de extensão.

Sublinhamos que se trata da primeira experiência de curricularização da extensão cuja dinâmica poderá necessitar ajustes internos pontuais.

O processo foi convertido em Diligência em 18/07/2023, com as seguintes solicitações à Unioeste:

[...]

No entanto, da análise do protocolado, esta relatora entende que se faz necessária a especificação da adequação do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) em atendimento à Resolução CNE/CES n.º 07/18, de 18/12/18, bem como à Deliberação CEE/PR n.º 08/21, uma vez que, do apresentado pela Unioeste não há como identificar as ações de extensão propostas.

Desta forma, solicitamos à Unioeste que apresente, objetivamente, o detalhamento das ações que demonstrem o atendimento às referidas normas, em que fique evidenciado o protagonismo dos estudantes nas atividades extensionistas, caracterizadas pela relação transformadora da Universidade com a sociedade.

[...]

Em resposta à Diligência, a Unioeste encaminhou a este Conselho os Memorandos CCH n.ºs 41 e 42/23/23, de 25/08/23, em que o Colegiado do curso manifesta os devidos esclarecimentos:

[...]

Considerando o Parecer da relatora Maria das Graças Figueiredo Saad, do Conselho Estadual de Educação, Paraná, Processo 20.336.537-3, de reconhecimento e renovação do curso de graduação em História, Unioeste, abaixo descrevemos detalhadamente as ações de extensão previstas para as disciplinas de extensão do curso de História da Unioeste.

Enfatizamos que no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de História a nossa compreensão foi que o detalhamento das ações de extensão ocorreria nos planos de ensino das disciplinas e no registro dos conteúdos programáticos no *Academus*, uma vez que as turmas mudam todos os anos e as demandas de ações de extensão são dinâmicas e devem dialogar com as expectativas dos acadêmicos do curso de História e da comunidade externa. Na concepção do PPC, as ações de extensão são indissociáveis ao ensino e a pesquisa. Assim, as ações de extensão não são exclusivas das disciplinas com extensão curricularizada e estão imbricadas com os resultados da produção do conhecimento histórico construído coletiva e socialmente no processo de formação do historiador.

A reformulação do PPC do curso de História com a curricularização da extensão iniciou-se para as turmas dos Primeiros Anos no início do ano letivo de 2023. Assim, apenas a disciplina História do Paraná, com extensão curricularizada prevista para o primeiro semestre, foi ministrada aos acadêmicos. Outra disciplina, História, Gênero e Sexualidade, iniciou agora no segundo semestre. E as demais disciplinas de extensão serão ministradas nos semestres seguintes. Conforme o PPC, a curricularização da extensão ocorre de modo gradativo e processual à medida que os graduandos

## E-PROTOCOLO DIGITAL n.º 20.336.537-3

integralizam o curso. Deste modo, o detalhamento expressa a prática em algumas disciplinas e em outras se apresentam como planejamento.

Alertamos que as ações de extensão não estão restritas as disciplinas curricularizadas no PPC. Nas páginas 61 e 62 do Processo 20.366.537-3, que consta no PPC, descrevemos projetos e programas contínuos de extensão liderados ou coordenados pelos docentes do Colegiado do Curso de História, em que os graduandos do Curso são protagonistas no processo de planejamento e execução das ações de extensão na comunidade externa.

No PPC não apareceram projetos de extensão cuja ações não apenas tem exigido o protagonismo dos acadêmicos, como também intervenções pedagógicas e políticas na comunidade externa do Oeste do Paraná. Um destes projetos de extensão são as Jornadas em Defesa da Reforma Agrária e dos Territórios Indígenas (JURA), realizadas anualmente desde 2018 na Unioeste, campus de Marechal Cândido Rondon, procurando socializar e sensibilizar não apenas os graduandos do curso de História para a problemática da luta pela reforma agrária dos sem-terra, demarcação dos territórios indígenas, quilombolas e a produção de alimentos saudáveis e sem veneno, mas para toda a comunidade acadêmica e a população do Oeste do Paraná. Para a organização da JURA é constituído um grupo de docentes e acadêmicos. No evento, os graduandos e as comunidades indígenas, quilombolas e sem-terra compartilham saberes e praticam a solidariedade, seja no ambiente da Universidade ou nos territórios das comunidades mencionadas.

Outra ação de extensão em que os acadêmicos do curso de História atuam como protagonistas na organização são as Semanas Acadêmicas do curso de História, em que sistematizam e problematizam temas históricos demandados pelos alunos. Os graduandos formam a equipe de organização e planejamento da Semana Acadêmica definindo as conferências, palestras, GT para as comunicações, rodas de conversa, entre outras atividades, que tem como público-alvo não apenas os acadêmicos do curso de História, mas também os alunos e professores da área das ciências humanas das escolas públicas e privadas do Ensino Básico e Médio da região Oeste do Paraná. Não raro, o evento atrai participantes de outras regiões do Paraná e do Brasil. Segue o detalhamento das ações de extensão que ocorreram ou foram planejadas para as diversas disciplinas do PPC em vigência:

### **História do Paraná**

Na disciplina de História do Paraná, ministrada no primeiro semestre de 2023, buscamos instrumentalizar os discentes dos primeiros anos de História, matutino e noturno, em torno dos principais temas e debates sobre a História Regional e sobre os conceitos de região, de memória, e de patrimônio histórico. Esta preparação teórica foi necessária para, aos poucos, os discentes problematizarem os desafios da construção do conhecimento histórico e da função social dos professores de História, com a metodologia da utilização crítica das fontes históricas.

O objetivo foi, gradativamente, o acadêmico se constituir como sujeito autônomo e protagonista das ações de extensão desenvolvidas a partir de meados da disciplina, na produção e sistematização de conteúdo histórico a ser compartilhado na forma de uma exposição na comunidade escolar do Colégio Estadual Paulo Freire, localizado em Marechal Cândido Rondon.

Instrumentalizados por percepções teórico-metodológicas do campo historiográfico da história cultural, organizamos, na sequência, atividades práticas, em especial visitas técnicas, com o intuito dos acadêmicos identificarem e problematizarem os espaços locais enquanto perspectiva de patrimônio histórico e cultural, material e imaterial. Nestas atividades, os graduandos fotografaram o patrimônio visualizado e estabeleceram diálogos com as personagens direta e indiretamente envolvidos em sua constituição. Estas fontes produzidas foram utilizadas posteriormente na atividade extensionista desenvolvida no Colégio.

Investimos nas seguintes visitas técnicas:

## E-PROTOCOLO DIGITAL n.º 20.336.537-3

Visita técnica a Casa Gasa – uma casa construída por um alemão, ex-combatente da Segunda Guerra Mundial, que veio a residir em Marechal Cândido Rondon na década de 1970. Esta edificação, que demorou em torno de 20 anos para ficar pronta, ajudou na construção de um imaginário em torno da construção de um quisto étnico na cidade, caracterizada pelo perfil germânico de sua constituição humana e arquitetônica.

Visita técnica ao Museu Histórico Padre José Gaertner – visualização do acervo material constituído de peças doadas pelos sujeitos colonizadores da região.

Visita técnica a Praça Willy Barth – visualização e análise dos monumentos oficiais constituídos pelos órgãos públicos: monumento de Willy Barth; Martinho Lutero; Marechal Cândido Rondon; trator esteira.

Visita técnica ao centro de eventos – visualização e análise da arquitetura germânica e dos significados culturais da Oktoberfest, principal festa étnica da cidade.

Com as visitas técnicas, proporcionamos o reconhecimento e a reflexão sobre as possibilidades e formas de aplicação do conteúdo das histórias analisadas no ensino da história local e na prática da pesquisa. Nesse sentido, como resultado das visitas técnicas, os acadêmicos elaboraram cinco painéis temáticos, utilizando as fotografias, as entrevistas e a historiografia analisada como conteúdos históricos.

Os painéis temáticos formaram a Exposição no saguão de entrada do Colégio Estadual Paulo Freire, no período matutino e no período noturno. Os acadêmicos de História foram divididos em cinco grupos para a apresentação a comunidade escolar (alunos do ensino fundamental, médio, EJA, professores e funcionários) das atividades realizadas a partir das visitas técnicas, problematizando, por meio de fotografias e objetos museológicos arrolados, os lugares de memória da cidade. Foi uma atividade de grande impacto formativo, na medida em que os discentes foram os protagonistas do conhecimento histórico a ser disseminado. As visitas técnicas aos lugares acima nomeados, as fotografias produzidas, as entrevistas realizadas e as leituras historiográficas em torno dos objetos analisados, tudo isso sistematizado em painéis temáticos, foram apresentadas pelos discentes como forma de se sentirem protagonistas, favorecendo, desde o primeiro ano da graduação, o contato e o diálogo com a comunidade externa, oferecendo conteúdos históricos de interesse escolar.

### **História, Gênero e Sexualidade**

Todas as ações de extensão projetadas serão desenvolvidas na comunidade acadêmica e/ou comunidade local e/ou comunidade escolar, e com a temática central relacionadas a Gênero e Sexualidade, que visam promover a conscientização, a empatia e o respeito pelas diferenças, bem como a prevenção a violência contra mulheres, contra a comunidade LGBT; violência sexual contra crianças e adolescentes; gravidez e DSTs.

Em todas as ações de extensão propostas poderão ser executadas em parceria com o Núcleo Maria da Penha – NUMAPE, de Marechal Cândido Rondon, uma vez que o debate proposto pela disciplina é fundamental às ações de intervenção e prevenção do Núcleo. Cabe dizer que o fato de a docente da disciplina ser a orientadora pedagógica do NUMAPE, facilita o debate entre as ações desenvolvidas pela Núcleo e pelas ações de extensão executadas a partir da disciplina de História, Gênero e Sexualidade.

Como metodologia para o desenvolvimento das ações de extensão, a turma será dividida em grupo de 6 pessoas, sendo que cada grupo escolherá uma atividade/ação de extensão para executar e em qual comunidade/local irá executar.

Escolhida a ação de extensão e a comunidade, os integrantes do grupo farão um levantamento do público-alvo principalmente no que se refere a idade e escolarização, já que essas duas variáveis influenciarão no material e linguagem que serão utilizados na execução da atividade. Esta ação diz

## E-PROTOCOLO DIGITAL n.º 20.336.537-3

respeito a todas as atividades, independente da qual foi escolhida pelos grupos. Vencidas a etapa de reconhecimento do local e do público-alvo, independente da ação de extensão que irão executar, os discentes deverão desenvolver um pré-projeto da atividade de modo que descrevam as seguintes etapas da ação: problemática, objetivos, metodologia, conteúdos, recursos materiais, tempo de duração, cronograma e bibliografia.

Dentre as muitas possibilidades de ação de extensão que serão ofertadas aos alunos, três serão atividades chaves e devem ser executadas pelos grupos, seguem elas:

### Oficinas

**Parcerias:** Com o intuito de conhecer o público-alvo, a primeira ação da equipe de alunos é a de contatar as instituições (escolas, clubes de pais, Rotary, centros comunitários, entre outros) em que gostaria de executar a ação de extensão, agendando com a pessoa responsável do local a data e horário de realização da oficina.

**Planejamento:** A partir do estudo do público-alvo, da seleção de materiais bibliográfico e do pré-projeto, a equipe de alunos deverá escrever um texto com as questões que deverá abordar com o público-alvo, com base no que esperam que os participantes aprendam ou reflitam durante a oficina, bem como a dinâmica de interação que irão desenvolver para que os participantes interajam com os membros da equipe executora. Tal texto deverá ser repassado à professora da disciplina que após a correção devolverá ao grupo.

**Preparação da equipe:** Após a devolução do texto pela professora da disciplina, o grupo de alunos deverá iniciar a preparação e treinamento da oficina; nesta etapa inclui a criação do material visual e o repasse das falas, bem com a organização da dinâmica de interação do público participante.

**Divulgação:** A não ser que a ação de extensão esteja direcionada a um grupo fechado, como os rotarianos, por exemplo, a equipe de alunos deverá utilizar diferentes meios de divulgação para alcançar o maior número de pessoas possível, como cartazes, redes sociais, site das escolas, grupos de mensagem, entre outros. E certificar de informar objetivamente a data, horário e local da oficina.

**Dinâmicas e atividades:** Durante a ação de extensão, a equipe de alunos deverá usar dinâmicas e atividades que promovam a reflexão e estimulem a participação ativa dos presentes, bem como deve incentivar os participantes a fazerem perguntas e compartilharem suas dúvidas. Os graduandos deverão criar um ambiente acolhedor e respeitoso, lembrando que para além dos objetivos da ação de extensão, é necessário promover a compreensão e a troca de experiências.

**Encerramento:** Ao final da oficina, a equipe de aluno deverá reservar um momento para recapitular os principais pontos abordados e destacar o conhecimento e as mensagens principais que objetivaram repassar ao público participante. Deverão propor alguma atividade de encerramento, como uma dinâmica de grupo ou uma rodada de feedbacks.

### Peça teatral

**Parcerias:** Com o intuito de conhecer o público-alvo, a primeira ação da equipe de alunos é a de contatar as instituições (escolas, clubes de pais, Rotary, centros comunitários, entre outros) em que gostaria de executar a ação de extensão, agendando com a pessoa responsável do local a data e horário de realização da peça teatral.

**Planejamento:** A partir do estudo do público-alvo, da seleção de materiais bibliográfico e do pré-projeto, a equipe de alunos deverá escrever um texto-roteiro com questões que deverá abordar com o público-alvo, com base no que esperam que os participantes aprendam ou reflitam durante a peça

## E-PROTOCOLO DIGITAL n.º 20.336.537-3

teatral, tal texto deverá ser repassado à professora da disciplina que após a correção devolverá ao grupo. Paralelo a escrita do roteiro, a equipe de alunos deverá planejar o cenário, figurino, sonoplastia, entre outros.

Preparação da equipe: Após a devolução do texto-roteiro pela professora da disciplina, o grupo de alunos deverá iniciar a preparação e ensaio da peça teatral; nesta etapa incluí a divisão da equipe e busca de outros integrantes voluntários (todos acadêmicos do curso) para comporem as subequipes de direção, produção, atuação, cenográfica, sonoplastia e figurino. Cabe dizer que na escolha dos estudantes que irão interpretar as personagens da peça deve ser considerado aspectos como talento, comprometimento e diversidade.

Ensaios: A equipe de alunos deverá marcar sessões de ensaio para que o elenco possa trabalhar e aprimorar suas performances. Deverá ser garantido um ambiente respeitoso e seguro para que os estudantes possam expressar suas ideias e sentimentos ao interpretarem os papéis a eles destinados.

Divulgação: A não ser que a ação de extensão seja direcionada a um grupo fechado, como os rotarianos, por exemplo, a equipe de alunos deverá utilizar diferentes meios de divulgação da peça teatral para alcançar o maior número de pessoas possível, como cartazes, redes sociais, site das escolas, grupos de mensagem, entre outros. E certificar de informar objetivamente a data, horário e local da oficina.

Apresentação: Durante ou após a apresentação teatral, a equipe de alunos deverá usar dinâmicas e atividades que promovam a reflexão e estimulem a participação ativa dos presentes, bem como deve incentivar os participantes a fazerem perguntas e compartilharem suas dúvidas. Os alunos deverão criar um ambiente acolhedor e respeitoso, lembrando que para além dos objetivos da ação de extensão, é necessário promover a compreensão e a troca de experiências.

Encerramento: Ao final da apresentação da peça, a equipe deverá reservar um momento e propor alguma atividade de encerramento, como uma rodada de feedbacks, por exemplo.

### Workshop

Parcerias: Com o intuito de conhecer o público-alvo, a primeira ação da equipe de alunos é a de contatar as instituições (escolas, clubes de pais, Rotary, centros comunitários, entre outros) para quem gostaria de executar a ação de extensão, agendando com a pessoa responsável o local da ação (que poderá ser na UNIOESTE), com a data e horário de realização do workshop.

Definir a estrutura do workshop: Determinado o público-alvo, local e data do workshop, a equipe de alunos deverá escolher o formato entre apresentações, palestras, mesas-redondas, grupos de discussão, rodas de conversa entre outros.

Planejamento: A partir da seleção do formato, do conhecimento sobre o público-alvo e do pré-projeto, a equipe de alunos deverá escrever um texto-roteiro com as questões que deverão ser abordados com o público-alvo, independente do formato escolhido, com base no que esperam que os participantes aprendam ou reflitam durante do workshop, tal texto deverá ser repassado à professora da disciplina que após a correção devolverá ao grupo. Preparação da equipe: Após a devolução do texto-roteiro pela professora da disciplina, o grupo de alunos deverá iniciar a preparação do workshop; nesta etapa incluí a decisão de convidar pessoas externas ao grupo para execução final da atividade. Também inclui a divisão da equipe para organização e logística do workshop.

Identificação palestrantes e facilitadores: A equipe de alunos, a depender do formato do workshop deverá convidar especialistas no campo de gênero e sexualidade, professores da universidade, ativistas, membros de ONGs ou outros profissionais para compartilhar seus conhecimentos e experiências

## E-PROTOCOLO DIGITAL n.º 20.336.537-3

durante o workshop. Saliento que cabe aos alunos a responsabilidade de possibilitar e organizar a participação de tais convidados.

**Divulgação:** A não ser que a ação de extensão seja direcionada a um grupo fechado, como os rotarianos, por exemplo, a equipe de alunos deverá utilizar diferentes meios de divulgação do workshop para alcançar o maior número de pessoas possível, como cartazes, redes sociais, site das escolas, grupos de mensagem, entre outros. É necessário certificar de informar objetivamente a data, horário e local da realização.

**Execução:** Durante o workshop, a equipe de alunos deverá usar dinâmicas e atividades que promovam a reflexão e estimulem a participação ativa dos presentes, bem como deve incentivar os participantes a fazerem perguntas e compartilharem suas dúvidas. Os alunos deverão criar um ambiente acolhedor e respeitoso, lembrando que para além dos objetivos da ação de extensão, é necessário promover a compreensão e a troca de experiências.

**Encerramento:** Ao final do workshop, a equipe de aluno deverá reservar um momento e propor alguma atividade de encerramento, como uma rodada de feedbacks, por exemplo.

### **Mídia e História Pública**

No PPC do curso de História, a disciplina Mídia e História Pública tem o objetivo de debruçar-se sobre processos de produção, de intercâmbios e de publicização de conhecimentos históricos entre sujeitos e saberes acadêmico-científicos e aqueles provenientes da comunidade não acadêmica, mediados pelos usos reflexivos e inovadores das mídias digitais. Em um contexto de necessária democratização dos usos e práticas educativas envolvendo as novas tecnologias, as mídias digitais (Youtube, Instagram, Tik Tok, Facebook, Spotify, entre outros) tornam-se ferramentas imprescindíveis em processos formativos, colaborativos e socializadores provocados pela chamada “História Pública” e para a difusão dos conhecimentos históricos por meio de ações de extensão.

Cientes de que a História não pode ser mais concebida como uma forma de conhecimento restrita aos círculos acadêmicos e universitários, e de que a História Pública reivindica uma prática historiográfica alicerçada na construção de conhecimentos “com” e “entre” diversos “públicos” – desde escolas, movimentos sociais e associações de bairro à grupos étnico-raciais, trabalhadores, terceira idade, mulheres, juventudes, entre outros sujeitos – entendemos que a disciplina poderá contribuir para transformar a História numa ciência em movimento, capaz de gerar empatia, engajamento e protagonismo, especialmente entre os estudantes, por meio das mídias digitais visando amplificar as ações de extensão.

Neste sentido, a proposta da disciplina consistirá em promover ações extensionistas de natureza reflexivo-prática entre os graduandos do curso de História e os sujeitos da comunidade externa acadêmica e não acadêmica voltadas à produção e difusão de conhecimentos históricos inovadores e críticos em diferentes suportes midiático-digitais. Como, por exemplo, trabalhar conteúdos (ou temas) históricos de viés local e regional caros à comunidade – memória, identidade, trabalho, cidade, religiosidade, festa – visando a produção de narrativas históricas em formato de podcasts ou em vídeos de curta metragem de natureza ficcional e documentária, seguido de exibição e debate junto à comunidade externa (escolas e comunidades de bairro) delimitada pelos grupos de acadêmicos da disciplina.

### **História do Tempo Presente**

As ações de extensão da disciplina História do Tempo Presente se relacionam com o projeto de extensão Observatório do Mundo Contemporâneo (OMC) e com o subprojeto Observatório dos Direitos Humanos no Oeste do Paraná.

As ações que caracterizam diretamente extensão envolvem as escolas da região Oeste, com a realização de oficinas, exposições, murais e rodas de conversa apresentando e problematizando os resultados da produção realizada pelos alunos. Os resultados do processo de ensino, pesquisa e

## E-PROTOCOLO DIGITAL n.º 20.336.537-3

extensão serão também disponibilizados em espaços de divulgação midiática (redes sociais), considerando que a história do tempo presente parte da análise crítica da mídia. Dentre os direitos humanos fundamentais está o direito à comunicação e à memória e verdade, sendo a história um mecanismo fundamental nesse sentido.

São dois os eixos das ações de extensão que envolvem a comunidade: a) realização oficinas, exposições, murais e rodas de conversa sobre história do tempo presente pelos graduandos em escolas, redundando em *manuals de leitura* (Cadernos do OMC) sobre essas temáticas, produzidos pelos envolvidos;

b) para a socialização ampla dos resultados da pesquisa, ensino e extensão serão produzidas inserções em redes sociais, consideradas espaços de divulgação de conhecimento que discute para além do senso comum as temáticas da história do tempo presente.

### **História dos Povos Originários**

A disciplina História dos Povos Originários tem como objetivo formar e sensibilizar os acadêmicos para a história e na cultura dos povos indígenas do Brasil, com ênfase nos indígenas do estado e da região Oeste do Paraná, com o estudo historiográfico, pesquisa de campo nas comunidades indígenas e ações de extensão no Oeste do Paraná.

Convém enfatizar que as comunidades indígenas na região Oeste do Paraná e no Mato Grosso do Sul sofrem violências, preconceitos e são constantemente ameaçadas diante dos movimentos de retomada dos territórios indígenas. As crianças indígenas sofrem bullying nas escolas em que frequentam, ocasionando a evasão escolar, indígenas são ameaçados de morte ou são mortos, tekoha guarani são invadidos e muitos jovens indígenas tem cometido suicídios.

Assim, as diversas ações de extensão visam em um primeiro momento aproximar os graduandos da problemática dos movimentos sociais indígenas no presente e no passado para depois planejar as ações de extensão na comunidade externa: escolas, universidade e nas cidades do Oeste do Paraná.

Os graduandos do curso de História serão orientados a planejar e executar diversas ações de extensão, articuladas com as demais disciplinas, bem como ações extensionistas em que os conhecimentos históricos da realidade presente e passada dos povos indígenas sejam problematizados com a comunidade externa. As ações de extensão sugeridas aos acadêmicos serão a criação de oficinas, minicursos e exposições em diversos ambientes, por exemplo, universidades, escolas e comunidades de bairro.

A instituição apresentou uma descrição detalhada das medidas e estratégias que desenvolve para aumentar a taxa de concluintes do curso, demonstrando o reconhecimento da necessidade de atentar-se para as taxas inferiores a 60%. A Unioeste elencou um conjunto de fatores que considera responsáveis pelos baixos índices de concluintes como: questões estruturais, empobrecimento da população, desprestígio e desvalorização das carreiras docentes, incerteza quanto ao mercado de trabalho, expansão de cursos EaD, e outros.

No que se refere aos cursos de licenciatura, o Conselho Nacional de Educação (CNE) emitiu a Resolução CNE/CP n.º 02, de 20/12/19, publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 15/04/20, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).

E-PROTOCOLO DIGITAL n.º 20.336.537-3

Sobre a referida norma, em 04/08/23, este Conselho emitiu o Ofício CEE/PR n.º 249/23-CEE/PR, comunicando às IES pertencentes ao Sistema Estadual de Ensino, sobre a reformulação da Resolução CNE/CP n.º 02/2019, por grupo de trabalho do Conselho Nacional de Educação, nos seguintes termos:

Em atenção ao solicitado pela Câmara do Ensino Superior - CES deste Conselho, comunicamos que na 18ª Sessão do Conselho Pleno, realizada no dia 21/07/23, durante a 6ª Reunião Ordinária, tivemos a presença da Senhora Márcia Teixeira Sebastiani, Conselheira da Câmara da Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, a qual fez uma abordagem sobre Formação de Professores e as Resoluções do CNE n.º 02/2015 e n.º 02/2019. Diante dos esclarecimentos apresentados pela Conselheira, a Câmara de Educação Superior (CES) identificou a necessidade de informar às Instituições de Educação Superior, mantidas pelo Poder Público Estadual e Municipal do Estado do Paraná, que o Conselho Nacional de Educação constituiu Grupo de Trabalho para a revisão da Resolução CNE/CP n.º 02/2019. Considerando a revisão da referida norma, a Câmara do Ensino Superior – CES deste Conselho, entende que as licenciaturas das IES, pertencentes ao Sistema Estadual de Ensino, que ainda não realizaram a adequação à Resolução CNE/CP n.º 02/2019, poderão aguardar a emissão de nova normativa pelo Conselho Nacional de Educação, para atualizarem seus Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs).

Desta forma, o curso em questão poderá aguardar a emissão de nova normativa pelo Conselho Nacional de Educação, para atualizar seu Projeto Pedagógico de Cursos (PPC).

O atraso no envio do protocolado, em descumprimento ao artigo 54 da Deliberação CEE/PR n.º 06/20, incorrerá na redução do prazo de vigência da renovação de reconhecimento para 03 (três) anos.

Dos documentos apresentados e da análise do Projeto Pedagógico do Curso, constatou-se que atende à legislação vigente.

### **III – VOTO DA RELATORA**

Face ao exposto, esta relatora é favorável à renovação de reconhecimento do curso de Graduação em História - Licenciatura, ofertado no *campus* de Marechal Cândido Rondon, pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), com sede no município de Cascavel, mantida pelo Estado do Paraná, pelo prazo de 03 (três) anos, de 04/09/23 a 03/09/26 com fundamento nos artigos 47 e 55, da Deliberação CEE/PR n.º 06/20.

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) apresenta carga horária de 3.252 (três mil, duzentas e cinquenta e duas) horas, 80 (oitenta) vagas anuais sendo 40 (quarenta) vagas em cada turno, regime de matrícula seriado anual, turnos de funcionamento matutino e noturno, período mínimo de integralização 04 (quatro) anos e máximo de 08 (oito) anos.



E-PROTOCOLO DIGITAL n.º 20.336.537-3

Determina-se à IES que, por ocasião da próxima renovação de reconhecimento:

a) encaminhe o detalhamento das ações que demonstrem o atendimento à Resolução CNE/CES n.º 07/18, de 18/12/18, bem como à Deliberação CEE/PR n.º 08/21.

b) caso persista o percentual inferior a 60% na relação ingressantes/concluintes, informe a atualização das ações para aumentar a referida taxa, bem como a avaliação das medidas apresentadas.

Encaminhe-se cópia deste Parecer à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná (Seti) para as providências, com vistas à expedição do ato regulatório competente, nos termos da Deliberação CEE/PR n.º 06/20.

Devolva-se o processo à instituição para constituir fonte de informação e acervo.

É o Parecer.

Maria das Graças Figueiredo Saad  
Relatora

#### DECISÃO DA CÂMARA

A Câmara de Educação Superior aprova o Voto da Relatora, por unanimidade.

Curitiba, 12 de setembro de 2023.

Fátima Aparecida da Cruz Padoan  
Presidente da CES